



Março/2015



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Concurso Público para provimento de cargos de **Analista do CNMP** **Apoio Técnico Especializado - Contabilidade**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'D04', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva - Redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva - Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva - Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 10 considere o texto abaixo.

Falsificações na internet

Quem frequenta páginas da internet, sobretudo nas redes sociais, volta e meia se depara com textos atribuídos a grandes escritores. Qualquer leitor dos mestres da literatura logo perceberá a fraude: a citação está longe de honrar a alegada autoria. Drummond, Clarice Lispector, Guimarães Rosa e Fernando Pessoa, por exemplo, jamais escreveriam banalidades recheadas de lugares comuns, em linguagem capenga e estilo indefinido. Mas fica a pergunta: o que motiva essas falsificações grosseiras de artistas da palavra e da imaginação?

São muitas as justificativas prováveis. Atrás de todas está a vaidade simplória de quem gostaria de ser tomado por um grande escritor e usa o nome deste para promover um texto tolo, ingênuo, piegas, carregado de chavões. Os leitores incautos mordem a isca e parabenizam o fraudulento, expandindo a falsificação e o mau gosto. Mas há também o ressentimento malicioso de quem conhece seus bem estreitos limites literários e, não se conformando com eles, dispõe-se a iludir o público com a assinatura falsa, esperando ser confundido com o grande escritor. Como há de fato quem confunda a gritante aberração com a alta criação, o falsário dá-se por recompensado enquanto recebe os parabéns de quem o "curtiu".

Tais casos são lamentáveis por todas as razões, e constituem transgressões éticas, morais, estéticas e legais. Mas fiquemos apenas com a grave questão da identidade própria que foi rejeitada em nome de outra, inteiramente postiça. Enganar-se a si mesmo, quando não se trata de uma psicopatia grave, é uma forma dolorosa de trair a consciência de si. Os grandes atores, apoiando-se no talento que lhes é próprio, enobrecem esse desejo tão humano de desdobramento da personalidade e o legitimam artisticamente no palco ou nas telas; os escritores criam personagens com luz própria, que se tornam por vezes mais famosos que seus criadores (caso de Cervantes e seu Dom Quixote, por exemplo); mas os falsários da internet, ao não assinarem seu texto medíocre, querem que o tomemos como um grande momento de Shakespeare. Provavelmente jamais leram Shakespeare ou qualquer outro gênio citado: conhecem apenas a fama do nome, e a usam como moeda corrente no mercado virtual da fama.

Tais fraudes devem deixar um gosto amargo em quem as pratica, sobretudo quando ganham o ingênuo acolhimento de quem, enganado, as aplaude. É próprio dos vícios misturar prazer e corrosão em quem os sustenta. Disfarçar a mediocridade pessoal envergando a máscara de um autêntico criador só pode aprofundar a rejeição da identidade própria. É um passo certo para alargar os ressentimentos e a infelicidade de quem não se aceita e não se estima.

(Terêncio Cristobal, inédito)

1. No texto manifesta-se, essencialmente, uma censura a quem,

- (A) frequentando páginas da internet, deixa-se seduzir com facilidade pelos textos de grandes autores, sem antes certificar-se quanto à sua autenticidade.
- (B) por falta de talento literário e por ressentimento, costuma ressaltar nos textos dos autores clássicos as passagens menos inspiradas ou mais infelizes.
- (C) levado pelo sentimento da vaidade, porta-se como se fosse um grande escritor, tratando de temas profundos num estilo elevado, próprios dos grandes talentos.
- (D) cometendo uma fraude, publica na internet textos medíocres, atribuídos a escritores célebres, buscando com isso, entre outras coisas, ganhar o aplauso de quem lê.
- (E) com intenção maliciosa, cita autores famosos em páginas da internet, afetando uma familiaridade que de fato jamais teve com esses grandes escritores.

2. Considere as seguintes afirmações:

- I. No primeiro parágrafo, o autor do texto imagina que muitos usuários das redes sociais, mesmo os versados em literatura, podem se deixar enganar pela fraude das citações, uma vez que o estilo destas lembra muito de perto a linguagem dos alegados autores.
- II. No segundo parágrafo, duas razões são indicadas para explicar a iniciativa dos fraudulentos: o gosto pela ironia, empregada para rebaixar os escritores de peso, e a busca da notoriedade de quem quer ser identificado como um artista superior.
- III. Nos dois parágrafos finais, o que o autor ressalta como profundamente grave é o fato de os falsários mentirem para si mesmos, dissolvendo a identidade que lhes é própria e assumindo, ilusoriamente, a personalidade de alguém cujo valor já está reconhecido.

Em relação ao texto está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se corretamente o sentido de um segmento em:

- (A) *honrar a alegada autoria* (1º parágrafo) = enobrecer a presunção de um autor
- (B) *ressentimento malicioso* (2º parágrafo) = remorso astuto
- (C) *a usam como moeda corrente* (3º parágrafo) = gastam-na perdulariamente
- (D) *o ingênuo acolhimento* (4º parágrafo) = a recepção incrédula
- (E) *Disfarçar a mediocridade* (4º parágrafo) = dissimular a banalidade



4. Está inteiramente clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) É natural que muitos dos usuários da internet se irri-tem com este fenômeno generalizado: a pessoa pu-blica um medíocre texto de sua autoria como se fosse da lavra de algum escritor consagrado.
- (B) Tratando-se de um fenômeno generalizado na in-ternet, implica na irritação de quem toma os textos de alguém famoso cujo o teor foi estabelecido por quem escreveu uma mera banalidade.
- (C) Está cada vez mais usual o seguinte fato: alguém mal intencionado, publica sob um nome de autor co-nhecido um texto de que este jamais teria interesse em escrever, por banal que seja.
- (D) Muitas pessoas, provavelmente com má fé, dão como de outros autores, textos seus, imaginando que as assinaturas famosas encobrem as debilida-des do texto de cujos são criadores.
- (E) Certamente são irritantes essas falsificações da in-ternet, mormente nas redes sociais, aonde escritores sem qualquer talento plageiam autores famosos, tentando se fazer passar pelos mesmos.
-
5. **Muita gente nos engana valendo-se das páginas da internet.**
- A transposição da frase acima para a voz **passiva** implicará
- (A) a utilização da forma verbal **enganam-nos**.
- (B) em que o sujeito de *valendo-se* passe a ser **internet**.
- (C) em que o sujeito de *enganar* passe a ser **nós**.
- (D) a utilização de *muita gente* como sujeito.
- (E) a utilização de *páginas da internet* como sujeito.
-
6. *Como há de fato quem confunda a gritante aberração com a alta criação, o falsário dá-se por recompensado enquan-to recebe os parabéns de quem o "curtiu".*
- Caso a frase acima iniciasse com a expressão **Se houvesse de fato**, as formas verbais sublinhadas deve-riam ser substituídas, na ordem dada, por:
- (A) confundisse – dar-se-ia – recebesse – curtisse
- (B) confundiria – dera-se – recebera – curtia
- (C) confundisse – deu-se – receberia – curte
- (D) confundira – dar-se-á – recebera – curta
- (E) confundira – dera-se – receba – curtisse
-
7. Considere as seguintes afirmações sobre aspectos da construção do texto:
- I. Na frase *É próprio dos vícios misturar prazer e cor-rosão em quem os sustenta*, o pronome **os** refere-se aos nomes *prazer* e *corrosão*.
- II. Atentando para a regência verbal, o segmento *Os grandes atores, apoiando-se no talento que lhes é próprio* permanecerá correto caso se substitua *apoiando-se no* por **valendo-se do** ou **contando com o**.
- III. Ao observar que ninguém deve enganar-se a si mesmo, o autor poderia ter optado pela forma do imperativo e nos lançar a seguinte frase, de modo correto e solene: "Não deveis enganar-se a vós mesmos".
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) III, apenas.
-
8. Por apresentar falha estrutural de construção, deve-se **reelaborar** a redação da seguinte frase:
- (A) Há quem busque disfarçar a falta de talento atri-buindo a autores famosos os textos medíocres que publica nas páginas da internet.
- (B) A falta de talento faz com que artistas famosos pas-sem por ser alegados como genuínos autores da-queles textos de escritores medíocres que não o têm.
- (C) Alguns nomes de grandes escritores brasileiros são muitas vezes indicados na internet como autores de textos que jamais escreveriam.
- (D) É fácil entender que alguém cometa uma fraude pa-ra enganar os outros; difícil é aceitar que alguém se proponha a enganar a si mesmo.
- (E) Leitores ingênuos deixam-se enganar pelos falsários da internet, mostrando que não reconhecem a dife-rença entre a boa e a má literatura.
-
9. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se concordando com o termo sublinhado na frase:
- (A) O autor do texto acha que (**ser**) de se lamentar que tantas pessoas sejam enganadas pelos falsários da internet.
- (B) Seria preciso que se (**aplicar**) a esses falsários algu-ma sanção, para que não houvesse tantos abusos.
- (C) Quem jamais leu Shakespeare nem (**imaginar**) as lições literárias e as discussões éticas que está per-dendo.
- (D) Não (**dever**) caber aos usuários da internet o direito de publicar o que quer que seja com assinatura falsa.
- (E) Infelizmente não se (**punir**) esses falsos gênios da internet com medidas rigorosas e exemplares.
-
10. Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:
- (A) Atualmente, ocorre na internet com cansativa fre-quência, a atribuição de textos insípidos aos grandes autores da nossa literatura, o que concorre certa-mente para a propagação do mau gosto, e a banali-zação da fraude.
- (B) Atualmente ocorre na internet, com cansativa fre-quência, a atribuição de textos insípidos, aos gran-des autores da nossa literatura, o que concorre cer-tamente, para a propagação do mau gosto e a bana-lização da fraude.
- (C) Atualmente, ocorre na internet, com cansativa fre-quência, a atribuição de textos insípidos aos grandes autores da nossa literatura, o que concorre, certa-mente, para a propagação do mau gosto e a bana-lização da fraude.
- (D) Atualmente ocorre, na internet com cansativa fre-quência, a atribuição de textos insípidos, aos gran-des autores, da nossa literatura o que concorre, cer-tamente, para a propagação do mau gosto e a bana-lização da fraude.
- (E) Atualmente ocorre, na internet, com cansativa fre-quência a atribuição, de textos insípidos, aos gran-des autores da nossa literatura, o que concorre, cer-tamente para a propagação do mau gosto, e a bana-lização da fraude.

**Legislação de Interesse Institucional**

11. No tocante ao Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, considere:

- I. O Conselho Nacional do Ministério Público, com atuação em todo o território nacional e sede em Brasília, Distrito Federal, compõe-se de catorze membros.
- II. As sessões plenárias serão ordinárias ou extraordinárias. As sessões ordinárias serão realizadas em dias úteis, sendo, no mínimo, três a cada mês, conforme calendário semestral instituído e publicado na primeira quinzena do semestre.
- III. Compete exclusivamente ao Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público apreciar as arguições de impedimento e suspeição dos membros do Conselho.
- IV. Os serviços da Secretaria-Geral serão dirigidos pelo Secretário-Geral, membro de qualquer dos ramos do Ministério Público, auxiliado pelo Secretário-Geral Adjunto, escolhidos e nomeados pelo Presidente do Conselho.

De acordo com o Regimento Interno do CNMP está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) II e III.

12. Segundo o artigo 33 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, “a Ouvidoria Nacional é o órgão de comunicação direta e simplificada entre o Conselho Nacional do Ministério Público e a sociedade e tem por objetivo principal o aperfeiçoamento e o esclarecimento, aos cidadãos, das atividades realizadas pelo Conselho e pelo Ministério Público”. O Ouvidor será eleito entre os membros do Conselho, em votação

- (A) secreta, na sessão imediatamente posterior à vacância do cargo, para mandato de um ano, permitida uma única recondução.
- (B) aberta, na sessão imediatamente posterior à vacância do cargo, para mandato de um ano, vedada a recondução.
- (C) secreta, na sessão imediatamente posterior à vacância do cargo, para mandato de três anos, vedada a recondução.
- (D) aberta, na sessão imediatamente posterior à vacância do cargo, para mandato de dois anos, vedada a recondução.
- (E) secreta, na sessão imediatamente posterior à vacância do cargo, para mandato de dois anos, permitida uma única recondução.

13. Considere:

- I. integrar lista para Procurador-Geral;
- II. promoção por merecimento ou preenchimento de vaga na composição de tribunal;
- III. exercer cargo ou função de chefia, direção ou assessoramento na instituição a que pertença;
- IV. integrar o Conselho Superior ou exercer a função de Corregedor.

De acordo com o Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, ao membro do Ministério Público, durante o exercício do mandato de Conselheiro do CNMP, são vedados as condutas indicadas em

- (A) I, III e IV, apenas.
- (B) I, II, III, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

14. De acordo com a Lei nº 8.112/90, o servidor que, a serviço, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens e diárias destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinária com pousada, alimentação e locomoção urbana, conforme dispuser em regulamento. Quando o deslocamento NÃO exigir pernoite fora da sede,

- (A) só será devido o pagamento de diária, ainda que não integral, se o afastamento superar 20 quilômetros.
- (B) não é devido o pagamento de diária.
- (C) só será devido o pagamento de diária, ainda que não integral, se o afastamento superar 30 quilômetros.
- (D) a diária é devida em 70%.
- (E) a diária é devida pela metade.

15. De acordo com a Lei nº 8.112/90, a demissão ou a destituição de cargo em comissão, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de 5 anos, em razão da prática da conduta de

- (A) incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição.
- (B) valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública.
- (C) insubordinação grave em serviço.
- (D) ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem.
- (E) aplicar irregularmente dinheiros públicos.

**Raciocínio Lógico-Matemático**

16. Observe a sequência (10; 11; 13; 13; 12; 13; 15; 15; 14; 15; 17; 17; 16; 17; ...) que possui uma lei de formação. A diferença entre o 149º e o 119º termos, dessa sequência, é igual a
- (A) 19.
(B) 17.
(C) 15.
(D) 13.
(E) 11.
-
17. Um novo automóvel em teste percorre 7 km com um litro de gasolina comum. Já com gasolina aditivada este mesmo automóvel percorre 10,5 km com um litro. Sabe-se que o preço por litro de gasolina comum é R\$ 2,80 e o preço por litro da gasolina aditivada é R\$ 3,10. Comparando-se a despesa com gasolina que esse novo automóvel em teste consumirá em um percurso de 525 km, a economia, em reais, ao ser utilizada a gasolina aditivada em relação ao uso da gasolina comum é, aproximadamente, igual a
- (A) 55.
(B) 63.
(C) 48.
(D) 0.
(E) 45.
-
18. O treinamento de um corredor é composto por 4 etapas. Em geral, cada uma dessas 4 etapas é de 1.000 m. No entanto, para aprimorar sua forma física, em determinado dia o treinamento foi alterado de modo que a partir da 2ª etapa o corredor percorreu 10% a mais do que havia percorrido na etapa anterior. Desta maneira, em relação aos treinamentos usuais, o total da distância percorrida neste dia de treinamento, também realizado em 4 etapas, corresponde a um acréscimo de, aproximadamente,
- (A) 30%.
(B) 16%.
(C) 12%.
(D) 10%.
(E) 18%.
-
19. Para montar 800 caixas com produtos, uma empresa utiliza 15 funcionários que trabalham 6 horas por dia. Esse trabalho é realizado em 32 dias. Para atender um pedido de 2.000 caixas com produtos, iguais às anteriores, a empresa recrutou mais 5 funcionários, de mesma produtividade, além dos 15 funcionários já alocados para a função. O número de horas de trabalho por dia foi aumentado para 8 horas. Nessas condições, o número de dias necessários para montagem dessas 2.000 caixas é igual a
- (A) 18.
(B) 60.
(C) 36.
(D) 45.
(E) 25.
-

20. O resultado da expressão numérica

$$\left(\frac{1}{3} - \frac{2}{3}\right) \cdot (-6 + 13) \cdot \left(\frac{1}{5} - \frac{3}{5}\right) \cdot (-4 - 2) \cdot \left(\frac{11}{4} - \frac{10}{4}\right) \cdot (-1 + 11) \cdot \left(\frac{3}{7} - \frac{9}{7}\right) \cdot \left(-\frac{4}{9} - \frac{5}{9}\right)$$

é igual a

- (A) -6.
(B) 9.
(C) -12.
(D) 8.
(E) -4.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. Uma empresa apresentou em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2013 o saldo de R\$ 560.000,00 na conta Provisões, o qual era composto dos seguintes valores:

Processo	Saldo em 31/12/2013 (R\$)
Trabalhista 1	200.000,00
Fiscal (ICMS – 1)	360.000,00

Para a elaboração das demonstrações contábeis de 31/12/2014 foram obtidas as informações a seguir sobre os diversos processos que a empresa está respondendo:

Processo	Probabilidade de Perda em 31/12/2014	Valor re-estimado da perda em 31/12/2014 (R\$)
Trabalhista 1	Provável	160.000,00
Fiscal (ICMS – 1)	Possível	200.000,00
Fiscal (IRPJ)	Possível	100.000,00
Ambiental	Provável	80.000,00

Com base nestas informações, a empresa reconheceu na Demonstração de Resultados de 2014,

- (A) despesa com provisão no valor de R\$ 80.000,00.
- (B) despesa com provisão no valor de R\$ 240.000,00.
- (C) ganho líquido com provisão no valor de R\$ 160.000,00.
- (D) despesa com provisão no valor de R\$ 40.000,00.
- (E) ganho líquido com provisão no valor de R\$ 320.000,00.

22. O Patrimônio Líquido contábil da Empresa Riacho Fundo S.A., em 31/12/2012, era R\$ 10.000.000,00. A Cia. Grande Rio adquiriu, em 31/12/2012, 40% das ações da Empresa Riacho Fundo S.A., pagando à vista o valor de R\$ 6.000.000,00 e passando a ter influência significativa sobre a empresa investida. Sabe-se que na data da aquisição das ações, o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da Empresa Riacho Fundo S.A. era R\$ 12.000.000,00, e a diferença para o Patrimônio Líquido contábil decorre do valor contabilizado pelo custo e o valor justo de um terreno.

No período de 01/01/2013 a 31/12/2013, a Empresa Riacho Fundo S.A. reconheceu as seguintes mutações em seu Patrimônio Líquido:

- Lucro líquido de 2014: R\$ 900.000,00
- Pagamento de dividendos: R\$ 200.000,00

Com base nestas informações, o valor reconhecido em Investimentos em Coligadas, no Balanço Patrimonial individual da Cia. Grande Rio, em 31/12/2014, foi, em reais,

- (A) 4.280.000,00.
- (B) 6.280.000,00.
- (C) 5.080.000,00.
- (D) 4.360.000,00.
- (E) 6.360.000,00.

23. O Balanço Patrimonial de 31/12/2012 apresentava a seguinte composição para o Patrimônio Líquido da Empresa Internacional S.A.:

- Capital Social: R\$ 4.000.000,00
- Reserva Legal: R\$ 760.000,00
- Reserva Estatutária: R\$ 200.000,00
- Reserva para Expansão: R\$ 120.000,00

O Lucro Líquido apurado em 2013 foi R\$1.200.000,00 e a empresa fez a seguinte destinação do mesmo:

- Reserva legal: de acordo com a Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.
- Reserva para Expansão aprovada pela assembleia: 10% do Lucro Líquido.
- Dividendos Mínimos Obrigatórios: o estatuto prevê 30% do Lucro Líquido ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

Com base nestas informações, a quantia que a Empresa Internacional S.A. apresentou no passivo como dividendos a distribuir e o valor total do Patrimônio Líquido, em 31/12/2013, foram, respectivamente, em reais

- (A) 348.000,00 e 5.932.000,00.
- (B) 342.000,00 e 5.938.000,00.
- (C) 1.040.000,00 e 5.240.000,00.
- (D) 348.000,00 e 5.892.000,00.
- (E) 312.000,00 e 5.968.000,00.



24. Durante o ano de 2014 a Cia. 1001 Noites realizou as seguintes aplicações financeiras:

Data da aplicação	Valor aplicado (R\$)	Taxa de juros	Data de vencimento	Classificação pela empresa
31/07/2014	30.000,00	1,5% ao mês	31/07/2016	Disponíveis para venda futura
31/10/2014	50.000,00	1,0% ao mês	31/10/2015	Destinados para venda imediata
01/12/2014	40.000,00	2,0% ao mês	01/12/2017	Mantidos até o vencimento

Em 31/12/2014, a empresa não havia resgatado nenhuma das aplicações financeiras e eram conhecidas as seguintes informações sobre estas aplicações:

Classificação pela empresa	Valor justo em 31/12/2014
Disponíveis para venda futura	31.500,00
Destinados para venda imediata	52.000,00
Mantidos até o vencimento	42.000,00

A Cia. 1001 Noites evidenciou, no Balanço Patrimonial de 31/12/2014, o seguinte valor total para as aplicações financeiras, em reais, desconsiderando-se os centavos,

- (A) 125.500,00.
- (B) 124.123,00.
- (C) 125.323,00.
- (D) 124.300,00.
- (E) 120.000,00.

25. Determinada empresa apresenta os seguintes índices obtidos a partir de suas demonstrações contábeis de 31/12/2013:

- índice de liquidez corrente = 3,00.
- índice de participação de capitais de terceiros em relação aos recursos totais (grau de endividamento) = 60%.
- índice de composição do endividamento = 40%.

Com base nestas informações e sabendo que o Patrimônio Líquido da empresa era R\$ 3.000,00, o valor do seu ativo circulante era, em reais,

- (A) 5.400,00.
- (B) 4.500,00.
- (C) 2.700,00.
- (D) 1.800,00.
- (E) 3.000,00.

26. A Cia. Adicionadora é uma empresa comercial e apresentou as seguintes informações referentes ao ano de 2013, com os valores expressos em reais:

Receita Líquida de Vendas	290.000,00
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	(170.000,00)
(=) Lucro Bruto	120.000,00
(-) Despesas operacionais	
Depreciação	(15.000,00)
Salários	(10.000,00)
(=) Lucro antes do IR e CSLL	95.000,00
(-) IR e CSLL.....	(21.000,00)
(=) Lucro Líquido	<u>74.000,00</u>

O valor dos tributos recuperáveis que estavam incluídos no valor da compra dos produtos comercializados no ano de 2013 foi de R\$ 17.500,00, e o valor dos tributos incidentes sobre a receita bruta de vendas do ano totalizaram R\$ 60.000,00. Com base nestas informações, o Valor Adicionado a Distribuir gerado pela Cia. Adicionadora no ano de 2013 foi, em reais,

- (A) 102.500,00.
- (B) 120.000,00.
- (C) 162.500,00.
- (D) 105.000,00.
- (E) 147.500,00.



27. A Empresa Trovoada S.A. apresentou as seguintes demonstrações contábeis, com os valores expressos em reais:

Empresa Trovoada S.A. – Balanços Patrimoniais

Ativo	31/12/13	31/12/14	Passivo	31/12/13	31/12/14
Ativo Circulante	<u>250.000</u>	<u>130.000</u>	Passivo Circulante	<u>140.000</u>	<u>70.000</u>
Caixa e Equivalentes	140.000	80.000	Fornecedores	125.000	30.000
Valores a Receber de Clientes	50.000	20.000	Impostos a Pagar	15.000	20.000
Estoques	60.000	30.000	Dividendos a Pagar	–	20.000
Ativo Não Circulante	<u>150.000</u>	<u>235.000</u>	Passivo Não Circulante	<u>115.000</u>	<u>120.000</u>
Realizável no Longo Prazo			Empréstimos	100.000	110.000
Depósitos judiciais	10.000	10.000	Provisões em geral	15.000	10.000
Imobilizado			Patrimônio Líquido	<u>145.000</u>	<u>175.000</u>
Terreno	140.000	–	Capital Social	130.000	130.000
Equipamentos	–	250.000	Reservas de Lucros	15.000	45.000
Depreciação Acumulada		(25.000)	Total do Passivo + PL	<u>400.000</u>	<u>365.000</u>
Total do Ativo	<u>400.000</u>	<u>365.000</u>			

**Empresa Trovoada S.A.
Demonstração do Resultado – 01/01/2014 a 31/12/2014**

Receita de Vendas	420.000
(–) Custo dos Produtos Vendidos	<u>(273.000)</u>
(=) Lucro Bruto	147.000
(–) Despesas Operacionais	
Despesas de salários	(45.000)
Despesa de Aluguel	(25.000)
Despesa de Seguros	(5.000)
Despesa de depreciação	(25.000)
(+) Outras receitas	
Lucro na venda do terreno	14.000
Reversão de provisões	<u>5.000</u>
(=) Resultado antes do Resultado Financeiro	66.000
(–) Despesas financeiras	<u>(10.000)</u>
(=) Resultado antes do IR e CSLL	56.000
(–) Despesa com Imposto de Renda e CSLL	(6.000)
(=) Lucro Líquido	50.000

Sabendo-se que as despesas financeiras somente serão pagas na data de vencimento dos empréstimos existentes em 31/12/2014, que não houve pagamento de empréstimos em 2014, que o terreno foi vendido à vista e os equipamentos foram adquiridos à vista, o fluxo de caixa gerado pelas Atividades Operacionais no ano de 2014 foi, em reais,

- (A) 66.000,00.
- (B) 80.000,00.
- (C) 50.000,00.
- (D) 36.000,00.
- (E) 56.000,00.

28. Durante o ano de 2013 uma empresa adquiriu mercadorias para revenda no valor total de R\$ 600.000,00, efetuando o pagamento à vista. No valor total da compra estavam incluídos tributos recuperáveis no valor de R\$ 90.000,00 e tributos não recuperáveis no valor de R\$ 69.000,00. A empresa pagou também o valor total de R\$ 24.000,00 pelo transporte destas mercadorias até o seu depósito e neste valor estavam incluídos tributos recuperáveis no valor de R\$ 3.000,00. A empresa vendeu todos estes produtos pelo valor bruto de R\$1.260.000,00, à vista, e os impostos incidentes sobre a venda totalizaram R\$ 189.000,00. Sabendo-se que a empresa não tinha estoques no início de 2013, o lucro bruto apurado em 2013 foi, em reais,

- (A) 471.000,00.
- (B) 561.000,00.
- (C) 540.000,00.
- (D) 660.000,00.
- (E) 447.000,00.



29. O saldo da conta Intangíveis da empresa Explora Marcas S.A., em 31/12/2013, correspondia a um ativo intangível com vida útil indefinida. O valor contábil deste ativo era R\$ 840.000,00 e sua composição era:

- Custo de aquisição: R\$ 960.000,00.
- Perda por desvalorização reconhecida em 2012: R\$ 120.000,00.

Para a elaboração do Balanço Patrimonial de 31/12/2013, a empresa realizou o teste de recuperabilidade do Ativo ("impairment") com as seguintes informações disponíveis:

- Valor em uso: R\$ 740.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 800.000,00.

Com base nestas informações, o valor contábil apresentado no Balanço Patrimonial da empresa Explora Marcas S.A., em 31/12/2013, foi, em reais,

- (A) 840.000,00.
- (B) 740.000,00.
- (C) 800.000,00.
- (D) 960.000,00.
- (E) 680.000,00.

30. Um equipamento foi adquirido, em 01/01/2012, por R\$ 1.200.000,00, com pagamento à vista. A empresa adquirente definiu a vida útil desse equipamento em 10 anos e estimou o valor residual em R\$ 120.000,00. Em 01/01/2013, a empresa reavaliou a vida útil do equipamento para 6 anos e o valor residual foi re-estimado para R\$ 192.000,00.

Com base nestas informações e sabendo-se que a empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da depreciação, o valor contábil do equipamento apresentado no Balanço Patrimonial da empresa, em 31/12/2014, foi, em reais,

- (A) 792.000,00.
- (B) 876.000,00.
- (C) 672.000,00.
- (D) 728.000,00.
- (E) 840.000,00.

31. No dia 01/12/2013 a empresa Endividada S.A. obteve um empréstimo do exterior no valor total de US\$ 1.000.000,00 (um milhão de dólares), para ser pago integralmente (principal e juros) em 01/12/2014. A taxa de juros contratada foi 1% ao mês e as informações sobre as cotações da taxa de câmbio, em várias datas, eram as seguintes:

Data	Valor em reais para US\$1,00 (R\$)
01/12/2013	2,65
31/12/2013	2,70
Média de dezembro de 2013	2,68
Projetada para 01/12/2014	2,90

Com base nestas informações, o valor apresentado no Balanço Patrimonial da empresa Endividada S.A., em 31/12/2013, referente a este empréstimo foi, em reais,

- (A) 2.650.000,00.
- (B) 2.727.000,00.
- (C) 2.706.800,00.
- (D) 2.676.500,00.
- (E) 2.929.000,00.



Atenção: Para responder às questões de números 32 e 33, considere as informações abaixo.

A Cia. Industrializa & Vende produz um único produto e, para produzir integralmente 2.000 unidades, incorreu nos seguintes gastos durante o mês de janeiro de 2015:

Custos variáveis:

- Matéria-prima: R\$ 21,00/unidade
- Mão de obra direta: R\$ 12,00/unidade

Custos fixos: R\$ 50.000,00

Despesas fixas: R\$ 16.000,00

Despesas variáveis: R\$ 3,00/unidade

Adicionalmente, as seguintes informações são conhecidas:

Preço de venda: R\$ 120,00/unidade

Impostos sobre a Venda: 10% da receita de vendas

Comissões de venda: 5% da receita de vendas

Quantidade vendida no mês de janeiro: 1.200 unidades

32. Sabendo que a Cia. Industrializa & Vende utiliza o Custeio por Absorção, o custo unitário da produção do mês de janeiro de 2015 foi, em reais,

- (A) 58,00.
- (B) 36,00.
- (C) 66,00.
- (D) 33,00.
- (E) 69,00.

33. O ponto de equilíbrio contábil da Cia. Industrializa & Vende, em quantidade, é

- (A) 647.
- (B) 786.
- (C) 1.000.
- (D) 957.
- (E) 758.

34. Pelo reconhecimento do crédito tributário, pode-se proceder ao registro contábil do direito a receber. Assim, o registro contábil dos créditos tributários a receber, nos termos das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, atende o

- (A) regime contábil de caixa.
- (B) princípio da transparência.
- (C) princípio da competência.
- (D) regime contábil orçamentário.
- (E) princípio da arrecadação tributária.

35. Determinado ente público arrecadou, no mês de fevereiro de 2015, receita de impostos no valor de R\$ 180.000,00, concomitante ao fato gerador. Considere o lançamento contábil da receita arrecadada no sistema contábil, utilizando-se o título da conta debitada e creditada, conforme Plano de Contas Aplicado ao Setor Público

- (A) no subsistema patrimonial:
Debita: Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional e **Credita:** Receita realizada.
- (B) no subsistema orçamentário:
Debita: Receita a realizar e **Credita:** Receita realizada.
- (C) no subsistema de compensação:
Debita: Crédito Disponível e **Credita:** Controle da disponibilidade de recursos.
- (D) no subsistema orçamentário:
Debita: Receita Realizada e **Credita:** Previsão da Receita.
- (E) no subsistema patrimonial:
Debita: Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional e **Credita:** Receita arrecadada.



36. Determinada autarquia pública pretende realizar a depreciação de um bem pelo método das quotas constantes. Valor contábil do bem R\$ 20.000,00; foi determinado o valor residual de R\$ 4.000,00; a vida útil do bem é de cinco anos. Assim, o valor depreciável e o valor da depreciação anual, são, em reais, respectivamente,
- (A) 20.000,00 e 4.000,00.
 (B) 16.000,00 e 4.000,00.
 (C) 18.000,00 e 3.600,00.
 (D) 16.800,00 e 3.200,00.
 (E) 16.000,00 e 3.200,00.

Atenção: Para responder às questões de números 37 a 39, considere as seguintes transações realizadas por determinada entidade do setor público, no mês de março de 2015, a classificação da receita por categoria econômica e a classificação dos créditos adicionais:

Transações Realizadas	Valor em R\$
– Anulação parcial de dotação orçamentária para aquisição material de consumo	170,00
– Arrecadação de receitas de impostos	500,00
– Depreciação de bens móveis	180,00
– Arrecadação de receitas de transferências da União para construção de um ginásio esportivo	600,00
– Abertura de crédito adicional para realização de despesas para as quais não haviam dotação orçamentária específica	230,00
– Arrecadação de receitas de aluguel de imóveis	150,00
– Abertura de crédito adicional para reforço de dotação orçamentária para aquisição de computadores	70,00
– Reavaliação de bens imóveis	200,00
– Arrecadação de receitas com operações de crédito de longo prazo, destinado a construção de dois hospitais	700,00
– Arrecadação de receitas imobiliárias	100,00
– Abertura de crédito adicional para realização de despesas urgentes e imprevistas, no caso, de calamidade pública	130,00
– Receita de alienação de bens imóveis	150,00

37. As receitas correntes somam, em reais,
- (A) 600,00.
 (B) 500,00.
 (C) 920,00.
 (D) 750,00.
 (E) 650,00.

38. O montante das receitas de capital é, em reais, de
- (A) 1.450,00.
 (B) 850,00.
 (C) 1.550,00.
 (D) 1.750,00.
 (E) 1.300,00.

39. O valor do crédito adicional especial foi, em reais, de
- (A) 300,00.
 (B) 360,00.
 (C) 260,00.
 (D) 430,00.
 (E) 230,00.



40. A despesa total com pessoal, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder a determinados percentuais da receita corrente líquida. Considerando que a receita corrente líquida utilizada para apuração do cumprimento legal da despesa líquida de pessoal do Ministério Público da União, referente ao primeiro quadrimestre de 2015, fosse de R\$ 99.550.000,00. Neste caso, o limite
- (A) máximo seria de R\$ 537.570,00.
 (B) prudencial seria de R\$ 567.435,00.
 (C) de alerta seria de R\$ 597.300,00.
 (D) prudencial seria de R\$ 537.570,00.
 (E) máximo seria de R\$ 567.435,00.
-
41. Determinado órgão público federal contratou uma empresa para fornecimento de vale refeição, para um período de 90 dias, no valor total de 95.000,00. Considerando o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, no registro contábil do empenho da despesa no subsistema de informações orçamentário, utilizam-se os seguintes títulos de contas:
- (A) **debita:** serviços de terceiros – PJ e **credita:** fornecedores.
 (B) **debita:** crédito empenhado a liquidar e **credita:** crédito empenhado liquidado a pagar.
 (C) **debita:** crédito disponível e **credita:** crédito empenhado a liquidar.
 (D) **debita:** despesa de custeio e **credita:** fornecedores.
 (E) **debita:** despesa empenhada e **credita:** empenho a pagar.

Atenção: Para responder às questões de números 42 a 44, considere o Balanço Patrimonial Encerrado em 31.12.2013 de determinada entidade do setor público e as informações abaixo.

Balanço Patrimonial Encerrado em 31.12.2013

Ativo	Valor	Passivo	Valor em R\$
Circulante	450,00	Circulante	420,00
Caixa e Equivalente de Caixa	450,00	Obrigações Trabalhistas	180,00
		Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	240,00
Não Circulante	1.150,00	Não Circulante	580,00
Bens Móveis	290,00	Empréstimos a Longo Prazo	580,00
Bens Imóveis	910,00		
(-) Depreciação Acumulada	(50,00)		
		Patrimônio Líquido	600,00
		Resultados Acumulados	600,00
Total do Ativo	1.600,00	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.600,00

Durante o exercício de 2014 a entidade realizou as seguintes transações:

	(em R\$)
– Arrecadação de receitas patrimoniais	190,00
– Empenho de despesa de pessoal e encargos sociais	370,00
– Empenho de despesas de juros e encargos da dívida	120,00
– Arrecadação de receitas de transferências correntes	200,00
– Pagamento de fornecedores do exercício de 2013	150,00
– Empenho de despesas de conservação e manutenção de bens imóveis	230,00
– Recebimento de caução de empresa contratada para execução de obras	190,00
– Arrecadação de receitas de serviços	110,00
– Recebimento em doação de dois tratores novos de uma entidade do setor público	280,00
– Pagamento de despesas orçamentárias empenhadas no exercício de 2014	580,00
– Doação de dois imóveis adquiridos em 2012, para uma autarquia hospitalar municipal	300,00
– Arrecadação de receitas tributárias	450,00
– Pagamento de obrigações trabalhistas do exercício de 2013	90,00

42. De acordo com o Balanço Patrimonial levantado em 31.12.2014, o valor do ativo circulante é, em reais, de
- (A) 1.050,00.
 (B) 580,00.
 (C) 470,00.
 (D) 770,00.
 (E) 530,00.



43. O valor do resultado patrimonial apurado no exercício de 2014 é, em reais, de
- (A) 210,00.
 - (B) 400,00.
 - (C) 230,00.
 - (D) 160,00.
 - (E) 490,00.
-
44. O valor inscrito em restos a pagar do exercício de 2014 foi, em reais, de
- (A) 330,00.
 - (B) 230,00.
 - (C) 140,00.
 - (D) 260,00.
 - (E) 350,00.
-
45. Os demonstrativos contábeis levantados em 31.12.2014, de determinado ente público, evidenciaram um excesso de arrecadação no valor de R\$ 98.950.000,00, e um superávit financeiro no valor de R\$ 57.850.000,00, que poderá ser utilizado como recurso para abertura de créditos adicionais no exercício seguinte. Nos termos da Lei Federal nº 4.320/64, o excesso de arrecadação e o superávit financeiro são apurados, respectivamente, mediante:
- (A) o Balanço Orçamentário e o Balanço Financeiro.
 - (B) o Anexo de Metas Fiscais e o Balanço Patrimonial.
 - (C) o Balanço Orçamentário e o Demonstrativo de Fluxo de Caixa.
 - (D) o Balanço Orçamentário e o Balanço Patrimonial.
 - (E) a Demonstração das Variações Patrimoniais e o Balanço Financeiro.
-
46. Anualmente, cada ente da federação envia, ao respectivo Poder Legislativo, projeto de lei orçamentária anual. Nos termos da Constituição Federal, entre outros, compõe a lei orçamentária anual:
- (A) os planos e programas nacionais, regionais e setoriais elaborados em consonância com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias.
 - (B) o orçamento de investimento das empresas estatais independentes em que a União, direta ou indiretamente, participe do capital social.
 - (C) a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso da administração direta e indireta, e dos fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público.
 - (D) o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público.
 - (E) o orçamento fiscal da administração direta da União, seus fundos e órgãos, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público.
-
47. Com relação aos instrumentos de planejamento: lei orçamentária anual, lei de diretrizes orçamentárias e plano plurianual, nos termos da Constituição Federal, considere:
- I. O projeto de lei orçamentária para o exercício seguinte deve ser enviado pelo Presidente da República ao Congresso Nacional até 31 de agosto de cada ano.
 - II. Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.
 - III. Os projetos de lei relativos aos créditos adicionais e as autorizações para realização de operações de créditos serão apreciados pelo Senado Federal na forma do regimento interno.
 - IV. São vedados início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual, exceto para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.
 - V. A abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes só é permitida, para atender despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na lei orçamentária anual.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) I, II e IV.
 - (C) III e IV.
 - (D) II, III e V.
 - (E) I e V.



48. Relativamente às finalidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, considere:

- I. Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- II. Elaborar a programação financeira do Tesouro Nacional, gerenciar a Conta Única do Tesouro Nacional e subsidiar a formulação da política de financiamento da despesa pública.
- III. Avaliar os recursos dos orçamentos vigentes, as alterações decorrentes de créditos adicionais, as receitas prevista e arrecadada, a despesa empenhada, liquidada e paga à conta desses recursos e as respectivas disponibilidades.
- IV. Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- V. Consolidar os balanços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com vistas à elaboração do Balanço do Setor Público Nacional.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II, III e V.
- (B) I e IV.
- (C) IV e V.
- (D) I, III e V.
- (E) II, III e IV.

Atenção: Para responder às questões de números 49 e 50, considere as informações abaixo.

Determinado ente público, na primeira quinzena do mês de fevereiro de 2015, contabilizou, entre outras, as seguintes receitas recebidas de natureza orçamentária e extraorçamentária:

- Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, com acréscimo de multas e juros de mora, no valor total de R\$ 198.500,00, sendo o valor principal do imposto R\$ 190.000,00.
- operações de crédito por antecipação da receita orçamentária, no valor de R\$ 45.500,00.
- receita de aluguel de imóvel não prevista na lei orçamentária anual, no valor de R\$ 15.500,00.
- leilão de bens móveis, no valor de R\$ 19.000,00.
- caução, no valor de R\$ 22.500,00, de empresa interessada em participar em licitação, para construção de obras públicas.

49. O valor do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural e respectivo acréscimo, classifica-se na origem de receita

- (A) patrimonial – R\$ 190.000,00 e multas e juros de mora de impostos – R\$ 8.500,00.
- (B) imobiliária – R\$ 198.500,00.
- (C) tributária – R\$ 190.000,00 e outras receitas correntes – R\$ 8.500,00.
- (D) de impostos – R\$ 198.500,00.
- (E) orçamentária – R\$190.000,00 e receita extraorçamentária – R\$ 8.500,00.

50. O valor total das receitas extraorçamentária é, em R\$, de

- (A) 83.500,00.
- (B) 92.000,00.
- (C) 69.500,00.
- (D) 77.000,00.
- (E) 68.000,00.



51. As contas prestadas anualmente, por órgãos e entidades da Administração pública federal direta e indireta, incluídas as fundações e empresas estatais, mediante relatório de gestão, serão nos termos da Constituição Federal
- (A) julgadas pelo Tribunal de Contas da União.
- (B) julgadas pelo Senado Federal, mediante parecer prévio, elaborado pelo Tribunal de Contas da União.
- (C) apreciadas pela Controladoria Geral da União, mediante parecer prévio, e encaminhadas ao Congresso Nacional para julgamento.
- (D) julgadas pelo Supremo Tribunal Federal.
- (E) apreciadas pelo Tribunal de Contas da União, mediante parecer prévio, e encaminhadas ao Congresso Nacional para julgamento.

52. Com relação as receitas e despesas extraorçamentárias, considere:

- I. O pagamento de despesa extraorçamentária diminui o ativo circulante e aumenta passivo circulante.
- II. Os restos a pagar do exercício, no Balanço Financeiro, serão computados na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.
- III. O recebimento de receita extraorçamentária aumenta o passivo circulante e diminui o ativo circulante.
- IV. Os recebimentos de receita extraorçamentárias constituem passivos exigíveis, cujas restituições não se sujeitam à autorização legislativa.
- V. O pagamento de restos a pagar não consta da lei orçamentária anual e é classificado como despesa extraorçamentária.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) II, III e V.
- (C) I, II e IV.
- (D) II, IV e V.
- (E) III, IV e V.

Atenção: Para responder às questões de números 53 a 55, considere a codificação e a classificação da despesa orçamentária por "categoria econômica" e "grupo de natureza de despesa" e as informações abaixo.

No mês de janeiro de 2015, determinado ente público realizou, entre outras, as seguintes despesas orçamentárias, no valor total de R\$ 1.900,00.

Código	Despesas Realizadas	Valor em R\$
3.1.90.11.00	Folha de pagamento de Servidores Ativos	190,00
3.2.90.21.00	Encargos da dívida pública contratada	150,00
4.4.90.52.00	Aquisição de Veículos	130,00
4.5.90.65.00	Aumento de Capital de empresa financeira	170,00
4.5.90.61.00	Concessão de Empréstimos	80,00
3.3.90.30.00	Aquisição de gasolina para frota de veículos	120,00
3.1.90.13.00	Contribuições para Institutos de Previdência	150,00
3.3.90.39.00	Tarifas de energia elétrica	110,00
4.6.90.71.00	Amortização efetiva do principal da dívida pública contratual	160,00
4.4.90.61.00	Aquisição de imóveis considerados necessários à realização de obras	200,00
3.3.90.37.00	Contrato de locação de Mão de Obra	90,00
4.4.90.51.00	Contrato para construção de hospitais públicos	350,00
	Total das Despesas Realizadas	1.900,00

53. O total das despesas realizadas, classificadas no grupo de natureza de despesa "Pessoal e Encargos Sociais" e "Outras Despesas Correntes" é, em reais, respectivamente, de
- (A) 190,00 e 230,00.
- (B) 340,00 e 320,00.
- (C) 430,00 e 120,00.
- (D) 190,00 e 320,00.
- (E) 340,00 e 120,00.



54. As despesas realizadas, classificadas no grupo de natureza de despesa "Investimento" e "Inversões Financeiras", totalizam, em reais, respectivamente,
- (A) 170,00 e 480,00.
 - (B) 330,00 e 450,00.
 - (C) 680,00 e 250,00.
 - (D) 480,00 e 170,00.
 - (E) 250,00 e 680,00.
-

55. As despesas correntes e de capital realizadas, somam, em reais, respectivamente,
- (A) 890,00 e 1.010,00.
 - (B) 660,00 e 1.240,00.
 - (C) 700,00 e 1.200,00.
 - (D) 980,00 e 920,00.
 - (E) 810,00 e 1.090,00.
-

56. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da Administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, de acordo com a Constituição Federal, será exercida
- I. pelo Congresso Nacional, mediante controle externo.
 - II. pela Controladoria Geral da União, mediante auditorias internas.
 - III. pelo sistema de controle interno de cada Poder.
 - IV. pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara, mediante controle externo.
 - V. pelo Tribunal de Contas da União, mediante auditorias externas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
 - (B) I e III.
 - (C) I, III e IV.
 - (D) II e V.
 - (E) I, II e V.
-
57. O Auditor Interno da empresa CDA Distribuidora de Uvas do Brasil S/A pretende realizar auditoria interna no departamento de compras e vendas da empresa. A possibilidade de NÃO se atingir, de forma satisfatória, o objetivo dos trabalhos, nos termos da NBC TI 01, estão relacionados
- (A) aos achados de auditoria não suficientes para conclusão dos trabalhos.
 - (B) às evidências inadequadas e insuficientes para formar a opinião sobre a auditoria.
 - (C) aos riscos de auditoria.
 - (D) aos papéis de trabalhos elaborados inadequadamente.
 - (E) às avaliações inadequadas do sistema de controle interno e dos processos operacionais.
-



58. A empresa Plantio de Árvores do Norte S/A, contratou a firma de auditoria Aspectos & Consultoria, para examinar as demonstrações contábeis do exercício de 2014. O objetivo da auditoria é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a
- (A) obtenção, pelo auditor, de segurança razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraudes ou erros de conhecimento ou não dos responsáveis pela governança.
 - (B) realização, pelo auditor, de exames nas áreas, atividades, produtos e processos, de forma a alcançar evidências adequadas e suficientes para elaboração do relatório de auditoria.
 - (C) elaboração dos programas de trabalho de forma a servir como guia e meio de controle de execução do trabalho, devendo ser revisados e atualizados sempre que as circunstâncias o exigirem.
 - (D) expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável.
 - (E) natureza, a oportunidade e a extensão dos procedimentos de auditoria realizados pelo auditor, alinhados com o objetivo da auditoria.

59. As conclusões dos trabalhos da perícia contábil que serão levadas ao laudo pericial contábil ou parecer pericial contábil, são fundamentadas, entre outros, pelos seguintes procedimentos especificados na NBC TP 01:
- I. A circularização é a técnica utilizada na obtenção de declaração formal e independente, de pessoas não ligadas a entidade, seja por interesses comerciais, afetivos, etc.
 - II. O exame é a análise de livros, registros das transações e documentos.
 - III. A observação é o acompanhamento de processo ou procedimento, quando de sua execução.
 - IV. O arbitramento é a determinação de valores ou a solução de controvérsia por critério técnico-científico.
 - V. A avaliação é o ato de estabelecer o valor de coisas, bens, direitos, obrigações, despesas e receitas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e V.
 - (B) II, III e IV.
 - (C) I, II, IV e V.
 - (D) II, IV e V.
 - (E) I, IV e V.
60. Na realização dos trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis do exercício de 2014 da Indústria de Calças e Camisas do Sul S/A, o auditor não conseguiu obter evidência apropriada e suficiente de auditoria para suportar sua opinião, mas concluiu que os possíveis efeitos de distorções não detectadas, se houver, sobre as demonstrações contábeis poderiam ser relevantes, mas não generalizados. Nestas condições, o auditor deve
- (A) expressar um opinião sem ressalvas, apenas para os itens examinados.
 - (B) comunicar ao conselho fiscal da empresa e adotar novos procedimentos de auditoria.
 - (C) abster-se de expressar uma opinião.
 - (D) considerar as demonstrações contábeis irregulares.
 - (E) expressar uma opinião, com ressalvas.

**DISCURSIVA-REDAÇÃO****Atenção:**

Conforme Edital do Concurso, Capítulo x, itens:

"10.5 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 10.6 A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva-Redação pela banca examinadora. 10.7 Na Prova Discursiva-Redação, deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Prova Discursiva-Redação. 10.8 A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem), considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 60 (sessenta) pontos."

Instruções:

- NÃO é necessária a colocação de Título na Prova Discursiva-Redação.

Em capítulo "Os atos do Estado" (em **Sobre o estado**: cursos no Collège de France (1989-92)), o sociólogo francês Pierre Bourdieu refere que analisou a diferença entre um julgamento feito por uma pessoa autorizada e um julgamento privado.

Essa temática sugere reflexões relacionadas, por exemplo, a: quem representa o poder central?; quem vigiará os vigilantes legitimados pelo Estado?; que efeitos os diferentes julgamentos provocam no mundo social?

Redija uma **dissertação** expondo, de modo claro e coerente, seu ponto de vista sobre o tema. Seus argumentos – contemplando ou não as reflexões acima, ou, ainda, ampliando-as –, devem ser tratados de maneira a dar consistência a seu texto.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	